

REVISTA

Nº 11 - ABRIL 2020

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

HIGOR LOBO



Brô MC`s: um misto de luta e arte, de existir e resistir

VIOÊNCIA NO CAMPO

A violência como método de governo

LUTA POR TERRA E MORADIA

A terra e a questão alimentar no século XXI

AGENDA DE LUTAS ABRIL 2020

A vida é o preço da luta pela terra



Em 2019, o Brasil foi o país que mais assassinou militantes políticos. No centro disso, sem dúvidas, estão os conflitos que envolveram a luta pela terra. Não basta dizer que se trata de legado de capitâneas hereditárias,

O conflito fundiário, que historicamente esteve concentrado nas áreas rurais, agora também ganha a cena nas áreas urbanas

elites escravocratas, entre outros aspectos históricos. Isso também deve ser creditado a uma elite política que não se diversificou nem se democratizou, sendo que os latifundiários ainda são aqueles que dão as cartas em ampla parte do jogo,

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO E ORGANIZADOR DA EDIÇÃO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES ACÁCIO ZUNIGA LEITE, CARLOS EDUARDO COSTA, EDJANE RODRIGUES, EDUARDO SANTOS, FABIANA FERNANDES, HIGOR LOBO, LEONARDO SANTOS, LEILA BORARI, LUIZA DULCI, NILTON TUBINO ■ EDITOR ROGÉRIO CHAVES ■ REVISÃO CLAUDIA ANDREOTTI ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CACO BISOL PRODUÇÃO GRÁFICA ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VIVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

neste país que atualmente se desdemocratiza.

Eis que o conflito fundiário que historicamente esteve concentrado nas áreas rurais agora também ganha a cena nas áreas urbanas, resultado de uma política de urbanização explorada pela especulação, pelo desleixo governamental dos formuladores das políticas públicas e, sobretudo, por uma baixa interação com os setores populares organizados ou não. Saneamento básico, ausência de aparelhos públicos, mercados ilícitos (que podem ser o tráfico de drogas ou o comércio ambulante), tudo isso envolve uma série de fatores que ao final resultam em um sistema de exclusão do direito à terra.

Cada vez mais o capital privado especulativo e financeiro passa a ampliar os seus tentáculos na vida cotidiana das pessoas por meio de uma instrumentalização do acesso e do uso da terra, seja na área rural ou na área urbana. O impacto disso é a alienação do

Não há imagem mais fiel a este diagnóstico do que o genocídio praticado contra populações indígenas e quilombolas a partir do avanço do agronegócio

povo ao bem precioso de se autossustentar, morar, se alimentar e, enfim, de viver. Esta alienação implica na anulação da soberania popular e nacional sobre o território em que se vive. Não há imagem mais fiel a este diagnóstico do que o genocídio praticado contra populações indígenas e quilombolas a partir do avanço do agronegócio sobre suas

terras, uma política defendida pelo atual governo do presidente Jair Bolsonaro, o presidente da morte.

Quando falamos de luta pela terra falamos de inúmeras bandeiras a ela atreladas como o direito à terra e preservação de áreas indígenas de quilombolas, o direito à alimentação saudável e sustentável, o agronegócio e suas diversas formas de exploração e genocídio de povos, terras e culturas. O Estado deve exercer sua função, controlar o avanço do capital privado e garantir políticas públicas de proteção à terra, do outro lado, a população precisa estar cada vez mais engajada para que avancemos nessa luta. ■

GABRIEL JABUR/AGÊNCIA BRASÍLIA



Um olhar indígena sobre as ameaças no contexto atual

LEILA BORARI

A CASA DE VIDRO



LEILA BORARI É TURISMÓLOGA, INDÍGENA DO POVO BORARI DE ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PA, COORDENADORA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS SURARAS DO TAPAJÓS E MICROEMPREENDEDORA NA AMAZÔNIA.

Os povos indígenas lutam pela defesa dos seus territórios há 520 anos, e não vão parar, enquanto houver indígenas vivos, haverá luta. A defesa das terras e os direitos por ela se garantem promovendo políticas públicas e ocupando espaços de tomadas de decisão.

A partir de 2012 a presença dos povos indígenas nas universidades aumentou considera-

O indígena do século XXI não é aquele estereótipo mostrado nas TV's e livros de História que habita o imaginário de muitos não indígenas.

velmente, resultado da incansável luta pelo direito à educação. Jovens indígenas começaram uma nova forma de reivindicar os

direitos de seus povos. Indígenas ocuparam cadeiras nos cursos de direito, antropologia, medicina, agronomia, biologia, entre tantos outros oferecidos pelas universidades públicas e particulares. O indígena do século XXI está presente nas redes sociais. Conectado ao mundo, deixando evidente sua existência histórica nesse país, ele não é aquele estereótipo mostrado nas TV's e livros de História que habita o imaginário

de muitos não indígenas. Os povos da floresta, também estão fortalecendo um sistema de economia, gerando renda com produtos de suas terras e provando que as florestas valem muito mais em pé. Manter a floresta viva é fundamental para o equilíbrio do clima no planeta e incontáveis serviços ambientais que essas áreas realizam. É nosso dever mantê-las para as futuras gerações. Mas na contramão das lutas e conquistas dos povos da floresta, atualmente estamos vendo uma grande e dolorosa perda de direitos, além da institucionalização do genocídio dos verdadeiros guardiões da floresta.

Após o *impeachment* de 2016, iniciou-se um processo de enfraquecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), bem como de órgãos de comando e controle responsáveis pela fiscalização ambiental. Consequentemente, crimes de invasão de terras indígenas e mortes de lideranças aumentaram significativamente. Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro,

Manter a floresta viva é fundamental para o equilíbrio do clima no planeta e incontáveis serviços ambientais que essas áreas realizam.

ocorreram sete mortes de lideranças indígenas decorrentes de conflitos agrários. Foi o maior número de indígenas mortos em dez anos. Nesse mesmo ano, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, realizou uma jornada na Europa. Denominada Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais, a comitiva liderada por Sônia Guajajara teve o objetivo de pressionar o governo brasileiro e empresas do agronegócio a cumprirem os acordos internacionais sobre mudanças climáticas, denunciar ao mundo o momento grave que os povos indígenas estavam sofrendo, falar sobre a origem dos produtos brasileiros produzidos em áreas de conflito e sensibilizar sobre as ameaças aos povos da floresta. No momento em que Sônia

Guajajara denunciava o genocídio indígena, três indígenas guajajara foram mortos. No dia 1º de novembro de 2019, Paulo Paulino Guajajara de 26 anos, integrante do grupo Guardiões da Floresta, foi morto em uma emboscada com um tiro no pescoço, e no dia 07 de dezembro de 2019, pouco mais de um mês, o Cacique Firmino Prexede Guajajara e Raimundo Benício Guajajara foram alvejados quando voltavam de uma reunião com a Funai e a Eletro-norte, onde falavam sobre a compensação ambiental devido à construção de linhas de transmissão que passam dentro do território Guajajara.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato a presidente Jair Bolsonaro já anunciava que não iria demarcar nenhum centímetro de terra indígena. Dizia que a questão deveria ser enfrentada e atacava, inclusive, algumas terras indígenas já criadas com ameaças de rever limites. Portanto, já era anunciado quão devastador seria esse governo para os povos indígenas. Em



2019 iniciou-se o maior desmonte de direitos conquistados com muita luta desde a constituição de 1988. Em poucos dias foram retirados direitos que vinham sendo conquistados há 31 anos. Ocorreram paralisações dos processos de demarcação de terras indígenas, enfraquecimento das políticas indigenistas, perseguição aos defensores de direitos humanos, criminalização de ONGs, aumento aos ataques aos indígenas e seus territórios, entre tantas outras violações.

Com os inúmeros ataques do governo aos povos da

Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, ocorreram sete mortes de lideranças indígenas decorrentes de conflitos agrários.

floresta, empresários do agronegócio, madeireiros e mineradores, sentiram-se à vontade para invadir os territórios indígenas, acirrando ainda mais os conflitos agrários “na ponta”. Na região do Alto Tapajós, oeste do Pará, Território Munduruku, os indígenas sofrem com o crescente aumento de

garimpos ilegais que além de invadirem o território, causam imensuráveis danos ao meio ambiente e à saúde da população, pois contaminam com mercúrio o Rio Tapajós, o Rio mais importante da região, fundamental para sobrevivência do ecossistema e da população que vive nas margens.

Todos os anos de agosto a começo de novembro, período de verão amazônico, o clima fica mais seco e as queimadas nas florestas se intensificam, porém, 2019 foi o ano que mais teve queimadas na Amazônia desde 2010. Na região de Novo

Progresso, no estado do Pará, ruralistas organizaram, via WhatsApp, queimadas em diversos locais da maior floresta tropical do mundo. O dia 10 de agosto foi denominado por eles como o dia do fogo. O movimento indígena, ONGs e movimentos sociais realizaram denúncias sobre as queimadas na Amazônia que só ganharam projeção em nível nacional depois que a cidade de São Paulo escureceu em plena tarde devido às fumaças das queimadas.

O presidente, mais uma vez, tentou responsabilizar os próprios indígenas de atear fogo nos territórios para culpar o governo. Em seguida, culpou as ONGs e, por último, o ator Leonardo Dicaprio, pois, segundo ele, o ator financiava ONGs que promoviam incêndios na Amazônia.

Nessa onda de acusações infundadas, três brigadistas da brigada de incêndio de Alter, com sede na vila de Alter do Chão (PA), território Borari, foram presos e acusados de realizarem incêndios

Grileiros aproveitaram o momento dos grandes incêndios e atearam fogo em uma área de especulação imobiliária, onde o povo Borari luta pela preservação há anos.

criminosos com intuito de receber doações para benefício próprio. Os brigadistas foram vítimas de um inquérito enviesado e altamente questionável. Com evidências superficiais e fora de contexto, subsidiaram o que pareceu uma grande armação para corroborar uma narrativa presidencial e de grupos que controlam o poder no país. Antes do aprofundamento das investigações, os brigadistas foram considerados culpados pela mídia e sociedade local, que agiu com hostilização e ameaças, os obrigando a deixarem as casas e trabalho, em Alter do Chão, por questões de segurança. Uma grande tensão margeia o paradisíaco território Borari. Grileiros aproveitaram o momento dos grandes in-

cêndios e atearam fogo em uma área de especulação imobiliária, onde o povo Borari luta pela preservação há anos. Porém, a polícia do Pará prendeu quem fazia a proteção do território. No início deste ano, um grupo de turistas que passava perto da área, foi intimidado com tiros disparados por uma pessoa que se diz proprietário de lotes na invasão.

Os povos indígenas lutam pela defesa dos seus territórios há 520 anos, e não vão parar. Enquanto houver indígenas vivos, haverá luta. A defesa das terras e os direitos por ela se garantem promovendo políticas públicas e ocupando espaços de tomadas de decisão. Na última eleição, foi eleita Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a se tornar deputada federal, trazendo consigo a resistência indígena para Brasília. Cada vez mais as mulheres indígenas estão se organizando politicamente para a linha de frente no enfrentamento e fortalecimento das defesas de seus territórios para essa e para as futuras gerações. ■

A violência como método de governo

NILTON TUBINO E LUIZA DULCI

BLOG DINHO SANTOS



NILTON TUBINO

É ASSESSOR PARLAMENTAR, MEMBRO DA SECRETARIA AGRÁRIA DO PT E MEMBRO CONVIDADO DA COMISSÃO ESPECIAL DA OAB EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.

LUIZA DULCI

É SECRETÁRIA, ECONOMISTA (FMG), E DOUTORANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA (UFRJ). INTEGRA A SECRETARIA AGRÁRIA DO PT E O CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO.

“Foi covardia o que fizeram com ele. Não tinha motivo pra atirar, não tinha ninguém armado”. Estas foram as palavras de Elizeu Queres, irmão de Enoque, a primeira vítima de violência no campo no governo de Jair Bolsonaro. Enoque foi morto a tiros no dia 5 de janeiro de 2019, quando estava pegando água no rio Traíra, próximo à fazenda Magali (Fazenda Agropecuária Bauru), localizada no município de Colniza, no Mato Grosso. Em janeiro do

Primeira vítima do governo Bolsonaro, Enoque foi morto a tiros em 5 de janeiro de 2019, quando estava pegando água no rio Traíra.

ano anterior, o assassinato de Marcinho, do MST da Bahia, foi lamentado por companheiros de todo o país. Com 32 anos, Marcinho foi morto a tiros, dentro da própria casa no assentamento Boa Sorte, no município de Iramaia,

na região da Chapada Diamantina.

Assim como eles, dezenas de trabalhadores e lideranças rurais são assassinados a cada ano no Brasil. Alvos de massacres e perseguição política, vítimas de contaminação pelo uso de agrotóxicos ou ainda suicidas, em completo desespero e falta de esperança. Esta última forma de violência, contra a própria vida, é comum entre indígenas, cujas taxas de suicídio são três vezes superiores as da população

brasileira, como não nos deixa esquecer a carta dos Guarani Kaiowá, sobre sua “morte coletiva”.

Conflitos por terra e por água são dois dos principais motivos que sustentam a violência no campo, no Brasil. Remontam à chegada dos portugueses em 1500 e foram engrenagem do período colonial e também da república. A nosso ver, mudanças institucionais e violência são fenômenos associados e representam tanto a concepção de Estado quanto o *modus operandi* daqueles que hoje governam o país - e, em particular, dos responsáveis pelas políticas agrária e agrícola.

Os anos que seguiram a aprovação da Constituição Cidadã foram marcados por expressivos avanços em termos da garantia de direitos das populações rurais. Lutas históricas, aos poucos, desaguaram em estrutura institucional e orçamento público. Vale lembrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 1996 após os massacres de Corumbiara, em

1995, e de Eldorado dos Carajás, em 1996. Na mesma época foi instituída a Ouvidoria Agrária, voltada especificamente ao tema da violência no campo. A partir dos anos 2000 as estruturas já existentes foram sendo ampliadas, tanto do ponto de vista orçamentário, quanto em termos programáticos. Em 2003 veio a regulamentação do art. 68 da CF/88, que tornou possível a titulação de terras quilombolas (Decreto 4.887). Na sequência, o reconhecimento formal da agricultura familiar em toda a sua diversidade (Lei 11.326/2006), bem como dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007). Ações e programas eram construídos em diálogo com os movimentos sociais e temas como reforma agrária, educação do campo, agroecologia e outras passaram a integrar a agenda do governo federal.

Apesar da violência nunca ter se ausentado do cotidiano daqueles que vivem na terra, os números evidenciam significativa retração.

Com a ruptura institucional de 2016, a situação mudou. Em seu primeiro dia como presidente interino, Michel Temer extinguiu o MDA. Este foi posteriormente recriado na forma de Secretaria Especial e atualmente, no governo Bolsonaro, é uma Secretaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que sempre representou sujeitos e interesses opostos à agricultura familiar e à reforma agrária. Além de dirigir o antigo MDA, o Mapa também comanda o Incra. Em resumo, *raposas cuidando do galinheiro*. Novas legislações fundiárias foram aprovadas no Congresso Nacional, modificando profundamente os processos de obtenção, seleção de famílias e concessão de terras para a reforma agrária. Lembramos aqui da “MP da grilagem”, aprovada na Lei 13.465/2017 e mais recentemente da MP 970/2019 e do Decreto 10.165/2019, que aprofundam mudanças na regularização fundiária; do Decreto 10.166/2019, sobre o processo de seleção e permanência de famílias assentadas,

e finalmente o Decreto 10.252/2020, que apresenta nova estrutura do Incra. Veio também a lei que libera o uso de armas de fogo em toda a extensão da propriedade rural, antes permitido somente na sede das fazendas (Lei 13.870/2019).

No comando do Mapa está a ministra Tereza Cristina, conhecida como Musa do Veneno por sua atuação na Câmara em defesa dos agrotóxicos. Seu secretário de Assuntos Fundiários é Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Nacional (UDR). Pela presidência do Incra passou inicialmente o general da reserva João Carlos Jesus Corrêa, que havia sido chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA) e hoje encontra-se Geraldo Melo Filho, cujas credenciais incluem ser filho do ex-governador do Rio Grande do Norte e ex-senador, Melo Filho, e ser sócio da empresa Seleção Guzerá Agropecuária Ltda., que é proprietária das Fazendas Canoas (MG) e da Barra (BA). Para a Funai, após a passagem do general Frankeimberg, assumiu

Novas legislações fundiárias foram aprovadas no Congresso Nacional, modificando profundamente os processos de obtenção, seleção de famílias e concessão de terras para a reforma agrária.

Marcelo Augusto Xavier, delegado da Polícia Federal. E para a Fundação Cultural Palmares, a indicação de Sérgio Nascimento de Camargo, que defendeu o fim do movimento negro e afirmou que a escravidão foi “benéfica para os descendentes”.

As consequências não poderiam ser outras que não o aumento da violência no campo, dos assassinatos de Elizeus e Marcinhos, dos massacres e conflitos por terra, água e trabalhistas. O levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para a década de 2009 a 2018 mostrou que até 2014, cerca de 30 assassinatos ocorriam anualmente. Em 2016 foram

61 pessoas e em 2017, 71 assassinatos, número mais elevado desde 2003. Quase a metade se deu na forma de massacres, nove pessoas em Colniza/MT, dez em Pau D’Arco/PA, seis em Lençóis/BA e três em Vilhena/RO. Em 2018, foram 28 mortes, sendo 16 lideranças. Nota-se que outras três mortes ocorreram em Anapu/PA, onde em 2005 foi assassinada a Irmã Dorothy Stang. Em 2019, foram 29 assassinatos decorrentes de conflitos no campo, 25 deles na Amazônia Legal. Nove indígenas foram assassinados em 2019. Paulo Paulino Guajajara foi morto a tiros na terra indígena de Araribóia/MA, caso que gerou grande repercussão internacional. O último indígena assassinado em 2019, em 13 de dezembro, Erisvan Soares Guajajara, de apenas 15 anos, foi encontrado esquartejado, próximo a um campo de futebol, na cidade de Amarante, também no Maranhão.

A luta continua, companheiros. Infelizmente, ainda mais violenta e sanguinária. ■

Garantias constitucionais e demarcações de terra

CARLOS EDUARDO COSTA

CARLOS EDUARDO COSTA É DOUTOR EM ANTROPOLOGIA SOCIAL PELA UFSCAR.

RUBENS LOPES



1. [HTTPS://BIT.LY/2IBOEQL](https://bit.ly/2iBoEQL)

2. [HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=NOCFZWF_WB4](https://www.youtube.com/watch?v=NOCFZWF_WB4)

“O Brasil não deu chance, nem ao índio nem ao negro, de ser senhor de seu próprio destino”
Cacique Babau Tupinambá¹

Há uma cena no filme “Terra Vermelha” (*Birdwatchers, Marco Bechis, 2008*)², de fato, impactante, sobre a questão da luta pela terra envolvendo as populações indígenas no país. Retrato feito na região de Dourados (MS), uma das mais

A disputa entre o “ter” e o “ser” a terra é fundamental para os Guarani Kaiowá, numa tradução aproximada, tekohá significa “lugar onde se é”.

violentas, em todos os sentidos, para as comunidades autóctones, em especial, os Guarani Kaiowá. Reféns do abandono, cercados pela expropriação, miséria, alcoolismo,

suicídio, um grupo de indígenas resolve retornar para a terra em que estão enterrados seus mortos. A terra, porém, virou propriedade, uma fazenda produtora de soja. Sem muitas opções, além do trabalho escravo e da mendicância nas periferias da cidade, esse grupo monta acampamento nas margens da rodovia e da fazenda e passa a tentar recuperar seus modos de vida tradicionais.

Pois bem, a cena registra o conflito entre um velho

pajé e o jovem fazendeiro. Em determinado momento, o fazendeiro se agacha e pega em suas mãos um punhado de terra. Esvanecendo por entre seus dedos, diz que sua família está naquela região há três gerações e, portanto, seriam os legítimos donos daquela terra. Com um silêncio perturbador, o velho pajé repete o gesto do jovem impetuoso, toma um punhado de terra em sua mão e, levando calmamente até a boca, come diante de seus olhos incrédulos.

A disputa entre o “ter” e o “ser” a terra é fundamental – para os Guarani Kaiowá, numa tradução aproximada, *tekohá*, significa “lugar onde se é”. Para entender não só esse caso, mas inúmeros outros sobre a luta por demarcações de terras e direitos constitucionais dos povos indígenas, é basilar o respeito aos distintos entendimentos que se tem sobre essa relação com a terra. Respeito que parte da autonomia dos povos para estabelecer suas fronteiras: territoriais, geográficas, linguísticas, toponímicas.

A Constituição de 1988 estabeleceu um novo paradigma. Reconheceu que o Brasil é um país pluriétnico e multicultural adotando a Doutrina Pluralista ou da Autodeterminação.

A Constituição de 1988 representa, assim, uma clivagem em relação a todo o sistema pretérito, ao reconhecer o Estado brasileiro como pluriétnico e multicultural, assegurando aos diversos grupos formadores dessa nacionalidade o exercício pleno de seus direitos de identidade própria. E porque o território é imanente à identidade, o que a Constituição determina é a proteção desse território, sendo a definição de território pautada em quatro pontos fundamentais:

- 1) ser por eles habitado em caráter permanente;
- 2) ser por eles utilizado para suas atividades produtivas;
- 3) ser imprescindível a preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;

4) ser necessário à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Deste modo, a Constituição de 1988 estabeleceu um novo paradigma. Reconheceu que o Brasil é um país pluriétnico e multicultural (arts. 231 e 232), adotando, assim, a Doutrina Pluralista ou da Autodeterminação. O advento dessa nova doutrina rompeu com a anterior, chamada de Integracionismo ou Assimilacionismo, que tinha como propósito “integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (trecho que constava do art. 1º, Lei nº 6.001/73). Essa integração era a negação da própria cultura indígena e a anulação da diversidade, com vistas à integração dos povos indígenas a uma única civilização possível: a ocidental europeia.

Essas seriam as principais garantias constitucionais sobre a existência multiétnica e o respeito aos territórios tradicionais. Para efetivar tais garantias, um conjunto de procedimentos técnicos e

3. [HTTPS://APUBLICA.ORG/2019/11/FUNAI-SUBSTITUI-ANTROPOLOGOS-QUALIFICADOS-POR-PROFISSIONAIS-DE-CONFIANCA-PARA-DEMARCAR-TERRAS-INDIGENAS/?FBCLID=IWAR3KRSHT42CUIRWG4BJW9GDG5V6EGQKDKLVQ9NNUCME9UAS_5BBJA6-S1PC](https://apublica.org/2019/11/funai-substitui-antropologos-qualificados-por-profissionais-de-confianca-para-demarcar-terras-indigenas/?fbclid=IwAR3KRSHT42CUIRWG4BJW9GDG5V6EGQKDKLVQ9NNUCME9UAS_5BBJA6-S1PC)

4. [HTTPS://WWW.NEXOJOURNAL.COM.BR/EXPRESSO/2020/03/07/QUAL-ATUA-C3A7C3A30-DE-S3C3A9RGIO-MORO-FRENTE-A-QUEST3C3B5ES-IND3C3ADGENAS?FBCLID=IWAR17E1RCHDC9JXYQW05RNASZEEIRPPGBCK-QZFHDFNYTX4UV_FRGSU30J1S](https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/03/07/qual-atua-c3a7c3a30-de-s3c3a9rgio-moro-frente-a-quest3c3b5es-ind3c3adgenas?fbclid=IWAR17E1RCHDC9JXYQW05RNASZEEIRPPGBCK-QZFHDFNYTX4UV_FRGSU30J1S)

administrativos norteia as relações entre o universo do direito e o mundo político, intermediado pelo fazer antropológico, principalmente na identificação das terras a serem demarcadas.

Dentre tais procedimentos, destacamos a portaria da Funai número 14, de 09 de Janeiro de 1996 e o Decreto 1775/96 que no artigo 2º inciso 6º, sobre “o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas”, determina os parâmetros legais para a elaboração do “Relatório de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas”, elaborado por equipe interdisciplinar coordenado por antropólogo de qualificação reconhecida. De acordo com a fase em que se encontra o procedimento administrativo, as terras indígenas são classificadas pela Funai da seguinte maneira: sem providências, em identificação, identificada, demarcada, homologada, regularizada e reservadas.

Já o decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, da presidência da república –

As principais associações indígenas tomaram a iniciativa de adiar as atividades constituintes do acampamento “Terra Livre” em virtude do Covid-19

e de acordo com a Convenção 169 da organização Internacional do Trabalho, instituiu a “Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI”, também a partir da Funai. Essas resoluções técnicas sobre processos e etapas do procedimento demarcatório estão ancoradas em leis internacionais das quais o Brasil é signatário, destacando aqui a já referida resolução 169 da OIT e as disposições da ONU sobre os direitos dos povos originários, que têm por base as consultas livres, prévias e informadas sobre quaisquer procedimentos a serem realizados em seus territórios tradicionais.

Infelizmente, aqueles que deveriam garantir os direitos dos povos originários estão sob ataque³.

Situação que se agrava a passos largos desde as últimas eleições e o desmonte do estado de bem-estar ligado às políticas do atual governo. Não teria outra coisa a esperar, dado o histórico racista e discriminatório do atual presidente em relação aos povos, bastando lembrar a comparação e animalização dos povos quilombolas ao medi-los em “arobas”, ou quando disse que certo estava a cavalaria norte-americana que concluiu com êxito o genocídio indígena iniciado por volta de 1500.

“Desfaça todas essas reservas”; “não vai ter mais um centímetro pra demarcação”; “ali está tudo o que não presta”; “o índio é o maior latifúndio do país”. Mais do que frases soltas, esse é o pensamento motriz do atual governo com relação à política (anti)indígena. Pensamento que se traduz em fato como, na última semana, o ministro (sic) da justiça (sic)⁴, responsável direto por essa área, mandou a Força Nacional receber os indígenas que chegavam à Brasília para as tradicionais manifes-

tações conhecidas como “Abril Indígena”.

Sabidamente, porém, as principais associações indígenas tomaram a iniciativa de adiar as movimentações e atividades constituintes do acampamento “Terra Livre”⁵ em virtude do Covid-19. Se o grau de periculosidade é subestimado pelo presidente e seus apoiadores, em número cada vez menor e mais fanático, o mesmo não ocorre com os comandos das associações indígenas. Por isso mesmo as principais entidades representantes adiaram as manifestações, propuseram o fechamento de suas fronteiras para pessoas estranhas, seja para visitação, turismo ou mesmo pesquisa que não relacionada   saúde. Os povos indígenas são ainda vulneráveis a inúmeras mazelas produzidas pelo capitalismo, dentre elas a propaga o de vírus, e não faltam exemplos de casos em que se dizimou grupos indígenas através da dissemina o dessas doenças.

  por isso, inclusive, que além da questão da terra, há preocupa o com a luta dos povos pelo acesso

Segundo dados do relatório “Terrenos da Desigualdade” da Oxfam, sete mil proprietários det m mais da metade do Brasil em terras e d vida de um trilhão com o Estado.

diferenciado ao sistema de saúde. Especialmente no que diz respeito aos povos isolados e em vias de contato. Tema esse que voltou   tona com o desmonte institucional promovido pela Funai no que diz respeito a esses povos e a entrega dessa pasta a pastores ligados a igrejas evangélicas. São conhecidos os interesses de muitos desses falsos profetas na realiza o do contato. Por exemplo, o missionário Edward Luz, pai do “antropólogo” que protagonizou cena bizarra ao ser preso pelo Ibama na tentativa de invasão de terra indígena, já afirmou, através de sua “Missão Novas Tribos Brasil” (MNTB), que:

“Vamos banhar a semente em sangue se

for preciso”⁶. Coopta o de lideranças, corrup o e até mesmo denúncias de abusos sexuais acompanham a MNTB em sua longa ficha corrida⁷.

Portanto, as oposi es políticas reverberam questões de outras naturezas, humana, ecológica, enfim, sobre a incapacidade do Estado brasileiro de resolver seus problemas a partir da domina o política de uma elite latifundiária que se perpetua no poder. Os números estão a  para tal demonstra o – segundo dados do relatório “Terrenos da Desigualdade” da Oxfam, sete mil proprietários det m mais da metade do Brasil em terras e d vida de um trilhão com o Estado⁸.

A demarca o de terras  , assim, cada vez mais fundamental se quisermos entender as transforma es climáticas, ecológicas e sanitárias, pelas quais estamos passando, e não querer enxergar tal realidade   fazer coro àqueles que negam o conhecimento científico compartilhado e louvam a ignorância egoc trica. ■

5. [HTTPS://JORNALISTASLIVRES.ORG/WP-CONTENT/UPLOADS/2020/03/COMUNICADO-GERAL-01-2.PDF](https://jornalistaslivres.org/wp-content/uploads/2020/03/COMUNICADO-GERAL-01-2.PDF)[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/ATIXXINGUI/PHOTOS/A.933858413332739/3075140905871135/?TYPE=3&THEATER](https://www.facebook.com/atixxingui/photos/a.933858413332739/3075140905871135/?type=3&theater)

6. [HTTPS://DEOLHONOSRURALISTAS.COM.BR/2020/02/17/MORTES-ESCRAVIDAO-E-PEDOFILIA-O-LEGADO-DAS-MISSOES-COMANDADAS-PELO-PAI-DE-ANTROPOLOGO-PRESO-PELO-IBAMA/?FBCLID=IWAR1DOFA54K2KECODLEZQMEDG3SKMR7CH-JZPB57DYBWNJUTGN9BLQRD-IEI](https://deolhonosruralistas.com.br/2020/02/17/mortes-escravido-e-pedofilia-o-legado-das-missoes-comandadas-pelo-pai-de-antropologo-presos-pelo-ibama/)

7. [HTTPS://EPOCA.GLOBO.COM/SOCIEDADE/MISSIONARIOS-COMPRAM-HELICOPTERO-PARA-EVANGELIZAR-INDIOS-24277463?%3FUTM_SOURCE=FACEBOOK&UTM_MEDIUM=SOCIAL&UTM_CAMPAIGN=POST&FBCLID=IWAR2AQUUPWC8D20QY8U4VQYNP_GBUU9_V2J0GSXC8V2ME1AVFF49EEOAPOW](https://epoca.globo.com/sociedade/missionarios-compram-helicoptero-para-evangelizar-indios-24277463?%3FUTM_SOURCE=FACEBOOK&UTM_MEDIUM=SOCIAL&UTM_CAMPAIGN=POST&FBCLID=IWAR2AQUUPWC8D20QY8U4VQYNP_GBUU9_V2J0GSXC8V2ME1AVFF49EEOAPOW)

8. [HTTPS://OXFAM.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2019/08/RELATORIO-TERRENOS_DESIGUALDADE-BRASIL.PDF](https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/RELATORIO-TERRENOS_DESIGUALDADE-BRASIL.PDF)

RAP INDÍGENA

Brô MC`s protagonismo e resistência

FABIANA FERNANDES E HIGOR LOBO

FABIANA FERNANDES E HIGOR LOBO FORAM OS RESPONSÁVEIS POR ESCREVER O TEXTO DOS BRÔ MC'S A PARTIR DOS RELATOS ORAIS DO GRUPO.

HIGOR LOBO



Exemplos como o grupo de rap Brô Mc`s possibilitam ver como as novas gerações estão (re) elaborando suas identidades étnicas em diálogo com os diversos contextos socioculturais nos quais estão inseridos.

O grupo de rap indígena Brô MC`s carrega consigo a força da fala, Nhe'e, um misto de músicas tradicionais indígenas com a batida pulsante do rap, que atravessa mais uma fronteira, e traz consigo, dessa vez, toda a força da cultura indígena Guarani e Kaiowá.

O trabalho se materializa através de rimas e cantos na língua nativa, mas também em português.

Línguas que aproximam o grupo de outros lugares, de outros olhares, de outros... que outrora estavam distantes, mas pelo poder atraente da música, se fazem mais perto. Um misto de luta e arte, de existir e resistir.

Formado por jovens indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó – Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa, localizado no município de Doura-

dos, MS, o grupo de rap Brô MC's surge também do intuito de promover ideias, conquistar espaço e pontuar inúmeras situações que permeiam o cotidiano de sua reserva. Hoje o grupo potencializa a representatividade das etnias e culturas indígenas do Brasil.

Traçando paralelos entre a tradição originária, cosmologia indígena e o rap, o grupo percebeu na música uma ferramenta poderosa para, mesmo que de maneira embrionária, pudessem expor seus conflitos nas fronteiras – sociais e artísticas. As produções desencadeadas por esses jovens são reflexos de diversas transformações culturais que ocorreram no interior da aldeia, e que mais tarde a extrapola, levando a voz e a língua Guarani para outros territórios.

É importante salientar o contexto histórico-territorial e as profundas mudanças que a cultura de seu povo passou a partir do contato com a sociedade não indígena e das relações interétnicas

As produções desencadeadas por esses jovens são reflexos de diversas transformações culturais que ocorreram no interior da aldeia.

estabelecidas entre as etnias que compõe a Reserva Indígena de Dourados, MS.

Ressalta-se que o estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país, com uma estimativa de 77 mil pessoas. A presença dos povos Guarani e Kaiowá no estado é significativa, correspondendo a mais de 50% dessa população, aproximadamente 43 mil pessoas, segundo o Censo Indígena (IBGE, 2010). Uma expressiva parcela dessa população, cerca de 17 mil pessoas, está precariamente territorializada na Reserva Indígena de Dourados.

Estes povos são falantes da língua tupi-guarani, com variações dialetais

entre si e atravessam grandes desafios para sua existência na contemporaneidade. Por exemplo, os recorrentes casos de suicídios e homicídios entre jovens, na faixa etária de 13 a 21 anos colocam os Guarani e Kaiowá em uma situação de grave crise humanitária, denunciada pelas diversas organizações nacionais e internacionais de direitos humanos.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI - 2013), em um período de dez anos – entre 2003 e 2013 – foram registrados um total de 659 ocorrências de suicídios e 349 de homicídios, de modo que, aproximadamente, 60% do total dessas ocorrências se deram nas duas primeiras reservas indígenas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Amambaí (criada em 1915) e Reserva Indígena de Dourados (criada em 1917). Desse total, 37% dos suicídios e 36% dos homicídios foram registrados somente na Reserva Indígena de Dourados (MOTA, 2015).

Tal situação deve ser entendida a partir do papel colonialista do Estado brasileiro, no qual entre 1915 e 1928, através do SPI criou oito reservas indígenas em Mato Grosso do Sul para que pudessem abrigar os Guarani e Kaiowá e retirá-los de suas terras tradicionais. Liberando assim, estas terras para serem paulatinamente apropriadas por não indígenas.

A política indigenista no início do século XX tinha como papel preponderante assimilar e integrar os indígenas à sociedade nacional, de modo que ser indígena era uma condição provisória, assim como todos os direitos reconhecidos a esses povos também os eram. O resultado destas ações foi uma história de exclusão e desconsideração de seus direitos e garantias fundamentais.

Em meio ao processo de violações de direitos, a partir da década de 1980, diversas comunidades Guarani e Kaiowá iniciaram ações voltadas à recuperação de parcelas de seus

Suas músicas contribuem para inserir o pensamento dos jovens nos contextos de luta e resistência dos povos Guarani e Kaiowá, em favor da luta política e territorial de seu povo.

territórios tradicionais, gerando uma série de novos conflitos territoriais contemporâneos.

Nota-se o quanto as crianças e jovens indígenas foram amplamente atingidos em todo esse processo e exemplos como o grupo de rap Brô Mc's possibilitam ver como as novas gerações estão (re)elaborando suas identidades étnicas em diálogo com os diversos contextos socioculturais nos quais estão inseridos.

Suas músicas não apenas contribuem para inserir o pensamento dos jovens nos contextos de luta e resistência dos povos Guarani e Kaiowá como também nos possibilita perceber a força de suas

rimas na busca e efetivação de direitos fundamentais no contexto contemporâneo em favor da luta política e territorial de seu povo. ■

Biografias:

Bruno Veron

Membro fundador do Brô MC's, etnia Guarani, ativista da causa indígena, atuante em diversas áreas da arte, música, cinema, audio visual.

Clemerson Batista

Parte criativa e lírica das músicas, constitui parte importante no campo de composições e canções do grupo, também da etnia Guarani.

Kelvin Peixoto

Focado na parte tecnológica, desempenha um papel importante na produção musical, bem como no home estúdio do Brô no interior da aldeia. Etnia Kaiowa.

Charles Peixoto

Tamém da etnia Kaiowa, participa com mais ênfase nos shows, mas também atua no campo do áudio visual e fotografia dentro da aldeia.

Veganismo e a luta do campo

LEONARDO SANTOS E EDUARDO SANTOS

LEONARDO SANTOS E EDUARDO SANTOS



LEONARDO SANTOS
É TRABALHADOR ASSALARIADO EM UMA HAMBURGUERIA VEGANA DE CAMPINAS, SP, MADIATIVISTA PELA PÁGINA VEGANO PERIFÉRICO. FOTÓGRAFO SOCIAL AMADOR E INDEPENDENTE, FILHO DE MÃEVIÚVA E EX-MORADOR DE RUA, HOJE FALECIDO.

EDUARDO SANTOS
É DESEMPREGADO E MADIATIVISTA.

O veganismo popular não foi uma escolha intelectual pensada. Foi o único caminho. E isso ocorreu devido a nossa origem, o meio em que estávamos inseridos, pois não tínhamos o acesso que a rapaziada privilegiada tem, foi um processo natural.

O veganismo é um movimento de libertação animal. Não é uma dieta, não é um estilo de vida somente para pessoas de classe média, não é só

O veganismo é um movimento político de libertação.

mais uma opção de consumo. É um movimento político de libertação. Seus adeptos excluem na medida do possível e do praticável toda forma de exploração animal de suas vidas. Isso inclui vestimenta, produtos de higiene, limpeza, entretenimento, alimentação e tudo que envolva exploração de animais em

sua produção. Neste texto, abordaremos mais sobre a questão da alimentação no veganismo e o quanto a luta pela terra e o apoio a movimentos como o MST são importantes para a popularização da causa.

No Brasil, temos duas vertentes: o veganismo estratégico, que é elitizado, consumista, despolitizado e excludente, e o veganismo popular, que é o que praticamos hoje, que acreditamos e propagamos. Que está alinhado com a luta do campo, com a comida

sustentável, produzida por pessoas simples e esquecidas, que fazem um trabalho incrível para o alimento chegar até a nossa mesa.

Porém, no começo não tínhamos contato com as vertentes do movimento, ou seja, o veganismo popular não foi uma escolha intelectual pensada. Ele foi o único caminho. E isso ocorreu devido a nossa origem, o meio em que estávamos inseridos, pois não tínhamos o acesso que a rapaziada privilegiada tem, foi um processo natural. Desde o começo, sempre tivemos que consumir mais legumes, frutas, vegetais, arroz, feijão, entre outros alimentos naturais. Não tinha como consumir queijos vegetais, leites vegetais industrializados, ultraprocessados veganos, hambúrgueres à base de planta vendidos por R\$ 30,00 no supermercado etc. Com isso, começamos a nos envolver com hortas comunitárias que vendem alimentos orgânicos, frescos e colhidos na hora pelas produtoras e produtores. Em seguida, descobrimos uma horta comunitária no nosso bairro, com uma abundância de comida orgânica,

comida de verdade, sem selos que supervalorizam esses alimentos básicos, sem essa ideia ultrapassada de que consumir orgânico é caro, para pessoas mais evoluídas e de classe média que vivem em regiões privilegiadas. E consumir desses espaços, valorizando esse trabalho, alinhado com uma alimentação sem produtos de origem animal fez todo sentido. Começamos a entender que para o veganismo se popularizar de fato, pelo menos no que diz respeito ao consumo de alimentos, seria necessário que tivéssemos comida de verdade e acessível a todos, sustentável e coerente.

Ao decorrer dos questionamentos, percebemos que o setor agropecuário não só é prejudicial para a vida dos animais, como também é o principal setor contra a reforma agrária, contra a distribuição de terra, contra a produção de orgânicos e o setor com mais casos de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Veja, em 2016 foram resgatados 214 trabalhadores em situação análoga à escravidão só no setor pecuário. Frei Xavier Plassat, coordenador da campanha contra o trabalho escravo, diz: “O

agronegócio continuar sendo dominante na lista suja não é nenhuma surpresa, porque ele é dominante na prática do trabalho escravo. Ele representa mais da metade dos casos e dos resgatados. Houve um ano ou outro em que foi diferente, quando houve muitos resgatados na confecção, na construção civil, mas foi fora do padrão.” Por fim, descobrimos através de muita informação que o agronegócio é o nosso maior inimigo e é contra ele que precisamos lutar.

A produção de animais para consumo está diretamente ligada à destruição ambiental, uma vez que exige áreas incalculáveis para pastos e monocultura de soja para ração. Isso torna o setor agropecuário o principal responsável pelo desmatamento. Ou ainda, o principal culpável. O impacto ambiental é tamanho, que segundo a Hoekstra, Mekonnen, UNESCO-IHE, a produção de 1 quilo de bife demanda 25 quilos de grãos para alimentação animal e 15.400 litros de água.

Quando vamos falar sobre a questão da soja no agronegócio, podemos

observar, claramente, que a maior parte da soja plantada é destinada à criação de animais para consumo. Segundo a ONG WWF-Brasil, 79% da soja plantada no mundo é esmagada para fazer ração animal. A ONG acrescenta ainda que as plantações de soja em larga escala geram impactos negativos na biodiversidade porque grandes áreas são convertidas para monoculturas visando a produção comercial. De acordo com projeções da Cassidy, West et al, IOPScience poderíamos alimentar 3,5 bilhões de pessoas se comêssemos apenas aquilo que usamos para alimentar animais. Segundo a Poore, Nemecek, Science 83% das terras agrárias são usadas para a criação de animais. Ou seja, a nossa dieta a base de produtos de origem animal está destruindo o planeta, contribuindo com o sofrimento e a morte de milhares de animais, destruindo povos nativos e agravando a fome no mundo.

Com tanta informação, percebemos facilmente, do lado de quem queremos estar, e queremos estar do lado de quem resiste, de quem luta por reforma agrária e de quem produz

Podemos observar, claramente, que a maior parte da soja plantada é destinada à criação de animais para consumo.

alimento sustentável, que visa a agroecologia como solução, valorizando a agricultura familiar, o MST, a produção orgânica e com o mínimo de exploração possível. O veganismo que acreditamos visa uma alimentação orgânica e fresca, pensando também na libertação humana. Acreditar que as sabotadas e os sabotados em seus direitos mais básicos têm que comer embutidos, ultraprocessados e alimentos químicos por não ter acesso, é um retrocesso. O acesso a alimentos orgânicos, saudáveis e naturais não deve ser exclusivo de uma determinada classe social, essa é uma realidade que deve ser desconstruída. Nós de periferia podemos e devemos consumir alimentos naturais, integrais e nos preocupando sim com a origem de cada produto.

O veganismo de mercado apoia e espera um milagre das multinacionais capitalistas, visando o aumento de produtos industrializados nas prateleiras dos supermercados para que só assim seja possível a libertação animal. Ficam na dependência da indústria da carne, consumindo seus hambúrgueres vegetais, gerando lucro para essas empresas e, assim, contribuindo para a perpetuação da exploração animal e destruição da terra. Nós estamos ajudando a construir, do outro lado, um veganismo realmente popular, politizado, com consciência de classe, que se opõe a essas marcas, boicota e visa valorizar a produção de alimentos vindos da terra e produzidos por gente da gente, que se sustenta com o que planta e faz um trabalho extremamente importante e necessário. Estamos focando nossas ações no ativismo de base, na informação, na conscientização, na troca de ideia, na comunicação simples e não violenta, e com extrema consciência de que sem terra e comida de verdade é impossível que o veganismo seja realmente popular e acessível a todos. ■

A terra e a questão alimentar no século XXI

ACÁCIO ZUNIGA LEITE

ACÁCIO ZUNIGA LEITE

É PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS DA UNB, E ATUA NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA.

ASCOM/MDA



A geração de trabalho, a produção de alimentos saudáveis e a conservação da natureza só são possíveis de forma simultânea com a regulação do estado sobre a natureza e o estabelecimento de um programa de reorganização do território brasileiro, destinando áreas para reforma agrária e para a criação de unidades de conservação. Só sere-mos um país soberano quando a destinação e o uso das nossas terras for definido de acordo com os interesses da classe trabalhadora.

O debate da terra na sociedade brasileira parece ter ficado distante e até um pouco abandonado nos últimos anos. A efervescência do tema durante a Assembleia Constituinte de 1988 e as ocupações de terra dos últimos trinta anos parecem ter perdido força, levando a falsa impressão de que a questão da terra está superada ou que não é mais importante na atualidade. Precisamos lembrar que a terra não é uma mercadoria como outra qualquer. É um bem finito. Por isso, seu uso e posse devem

estar em sintonia com as necessidades da nação: em especial, moradia, produção de alimentos e conservação da natureza. Infelizmente o capitalismo quer se apossar de todos os bens da natureza – entre eles, a terra. Desta forma, nada continua sendo mais atual do que a questão da terra, nas áreas rurais ou urbanas.

Nas áreas urbanas, o aumento dos aluguéis nas regiões centrais nos expulsa para cada vez mais longe, traz a necessidade de grandes deslocamentos para o trabalho e nos força

a uma alimentação industrializada. Isso porque gastamos em deslocamento o tempo que antes era de preparo das comidas! E acabamos comendo, muitas vezes, “comida de mentira”. Quem lembra da ideia nada genial do então prefeito de São Paulo do PSDB, João Doria, para distribuir ração para os pobres? Para os ricos, comida de verdade. Para os pobres, ração ou fome. Essas são algumas das novas faces da questão da terra para quem vive nas cidades.

Nas áreas rurais, vemos um avanço do capital financeiro e dos setores mais atrasados da burguesia fundiária. As consequências são muitas: aumento da concentração das terras nas mãos de poucos, diminuição dos postos de trabalho na agropecuária, explosão do uso de agrotóxicos, queimadas e desmatamento e o aumento dos conflitos pela tentativa do capitalismo expulsar de famílias camponesas, indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais que têm na biodiversidade, na terra e

As lutas por terra e território e as lutas por moradia são duas faces de uma luta só.

nas águas os alicerces de suas formas de reprodução social. E junto com isso, a diminuição da produção de alimentos para a população brasileira. Tudo em nome do aumento da riqueza de poucos. Um conjunto de burrices que prejudica toda a sociedade brasileira e atrapalha, com mais gravidade, a população pobre.

Mas nem tudo está perdido. Ao contrário. A cada dia que passa fica mais evidente a existência de dois projetos em duelo na sociedade: um projeto que tem como objetivo garantir a vida e a emancipação das pessoas e outro que só pensa no lucro. O capitalismo precisa superexplorar a terra, o trabalho e a natureza para garantir suas taxas de lucro, o que gera cada vez mais contradições e conflitos. A geração de trabalho, a produção de alimentos saudáveis e a conservação da natu-

reza só são possíveis de forma simultânea com a regulação do estado sobre a natureza e o estabelecimento de um programa de reorganização do território brasileiro, destinando áreas para reforma agrária e para a criação de unidades de conservação. Só seremos um país soberano quando a destinação e o uso das nossas terras for definido de acordo com os interesses da classe trabalhadora

A derrota que vivemos é temporária. As sementes para a nossa vitória já estão plantadas por aí. Precisamos cuidar das mudas que vão germinar para fortalecer nosso projeto. Diariamente mais pessoas vêm se organizando e compreendendo que existe uma conexão entre as lutas rurais e urbanas, e adquirindo consciência da necessidade de produção de alimentos saudáveis. Que as lutas por terra e território e as lutas por moradia são duas faces de uma luta só. Os movimentos sindicais e populares de luta por terra e território têm pautado a necessidade da esquerda avançar nesse debate. A questão da terra se faz presente! ■

Política pública estratégica para o desenvolvimento rural

EDJANE RODRIGUES

EDJANE RODRIGUES
É AGRICULTORA FAMILIAR
E DIRETORA DE POLÍTICAS
SOCIAIS DA CONTAG.

1. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG), FUNDADA EM 1964, REPRESENTANDO A CATEGORIA DOS ASSALARIADOS/A RURAIS E AGRICULTORES/AS. POR FORÇA DA JUSTIÇA, EM 2015, A CONTAG PASSA A REPRESENTAR A CATEGORIA TRABALHADORES/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES E SE CHAMAR CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS RURAIS. A REPRESENTAÇÃO DOS/AS ASSALARIADOS/AS RURAIS PASSOU A SER FEITA PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES (AS) ASSALARIADOS(AS) RURAIS – CONTAR, FUNDADA EM OUTUBRO DE 2015.

ANASPS



Resumo: O Artigo trata da luta do movimento sindical, da importância da política de Previdência Social para a permanência dos/as agricultores/as familiares no campo e o desenvolvimento dos municípios que são de base agrícola.

Uma política pública é resultado de lutas e enfrentamentos, numa estrutura social

Trabalhadores e trabalhadoras rurais, através de suas organizações representativas, historicamente tiveram os direitos previdenciários como estratégia de luta.

na qual os direitos são historicamente negados aos sujeitos. A forma de

conquistá-los é fruto de pressões sociais, por parte de sujeitos coletivamente organizados.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, através de suas organizações representativas, principalmente os sindicatos integrados ao sistema confederativo Contag¹, historicamente tiveram os direitos previdenciários como estratégia da sua luta

cotidiana. As primeiras conquistas efetivas vieram com a Lei Complementar nº 11 de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Mas, a principal mudança ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que incluiu os trabalhadores e trabalhadoras rurais ao Regime Geral de Previdência Social tendo como suporte para a manutenção de seus direitos o Sistema de Seguridade Social com a sua diversificada base de financiamento. Desde então, a previdência rural tornou-se uma das principais e das mais efetivas políticas públicas que chega ao campo brasileiro.

Estudos feitos por Galiza e Valadares (IPEA, 2016)², sobre os benefícios previdenciários emitidos para a clientela rural, demonstram a importância socioeconômica da previdência rural como política que impulsiona as economias dos pequenos e médios municípios, e que contribui para a distribuição de renda não apenas entre as pessoas mas também entre

Os benefícios rurais permitem que os recursos da previdência sejam distribuídos para os municípios do interior do país, causando grande impacto nas economias locais.

os municípios brasileiros. Observa-se que 88% dos benefícios rurais são pagos em municípios de até 50 mil habitantes. Com isso, enquanto as principais fontes de custeio do sistema provêm principalmente dos grandes centros urbanos, os benefícios rurais permitem que os recursos da previdência sejam distribuídos para os municípios do interior do país, causando grande impacto nas economias locais. Em mais de 70% dos municípios os benefícios previdenciários são a principal fonte de recursos que movimentam a economia local, sendo inclusive utilizados para a compra de insumos e equipamentos agrícolas que ajudam as famílias rurais na produção de alimentos.

Outro aspecto a destacar é a importância da previdência rural no combate à pobreza no campo. A porcentagem estimada de população vivendo abaixo da linha da pobreza, caso não houvesse a previdência rural, seria superior a 55% das pessoas com idade superior a 65 anos.

Destaca-se também a importância da previdência rural para as mulheres trabalhadoras rurais. Somente após a Constituição de 1988 as trabalhadoras rurais passaram a ser protegidas socialmente com aposentadoria, salário-maternidade e outros benefícios. Isso foi determinante para valorizar o trabalho da mulher na área rural, inclusive reconhecendo o referido trabalho como indispensável à manutenção e subsistência do grupo familiar rural.

Não obstante ser a previdência rural uma política estratégica para as famílias rurais, para o desenvolvimento local e para a produção de alimentos, o que se observa é que esta política ainda não é bem compreendida por determinados segmentos

2. GALIZA, M.; VALADARES, A. PREVIDÊNCIA RURAL: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE EM TORNO DO FINANCIAMENTO E DAS REGRAS DE ACESSO. NOTA TÉCNICA N. 25. BRASÍLIA: IPEA, 2016.

da sociedade. Os principais questionamentos se assentam sobre o “suposto déficit” da previdência rural, cujo enfoque é estritamente a relação entre receita e despesa decorrente da arrecadação previdenciária proveniente da área rural e os gastos com os benefícios rurais. Trata-se de uma visão equivocada, considerando os princípios e diretrizes do Sistema de Seguridade Social que dão sustentação a essa política, especialmente contemplada pela diversidade da base de financiamento do sistema. Essa análise de cunho restritivo interessa apenas àqueles que defendem o Estado mínimo com redução dos gastos na área social.

Em contextos de crises econômicas também se observa abordagens sobre a previdência rural que induzem a discussões no sentido de se fazer reformas no sistema restringindo direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Nos últimos quatro anos ao menos duas propostas de reformas apresentadas pelo governo no Congresso Nacional tiveram um viés de restringir drasticamente a

Nos últimos quatro anos ao menos duas propostas de reformas apresentadas pelo governo no Congresso Nacional tiveram um viés de restringir drasticamente a proteção previdenciária no campo.

proteção previdenciária no campo. Após muita luta e mobilização das entidades sindicais e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nos municípios e no Congresso Nacional, conseguiu-se reverter as propostas de mudanças mais prejudiciais.

Por ora, a previdência rural vem passando por um processo de ajustes nas regras para o encaminhamento dos pedidos de benefícios e na análise do direito. A justificativa para tais mudanças é o quadro restritivo de servidores nas agências do INSS para fazer o atendimento, bem como a transformação dos processos de benefícios do

meio físico para o meio virtual.

Nesse novo contexto, tem sido um desafio o INSS manter o atendimento adequado à população do campo, além do que, já é possível verificar um aumento no índice de indeferimentos de benefícios rurais nos últimos dois anos.

Ademais, as novas regras aprovadas com a vigência da Medida Provisória 871, convertida na Lei 13.846/2019, determinam que os trabalhadores e trabalhadoras rurais, denominados segurados/as especiais, sejam cadastrados no sistema da previdência social (CNIS) até dezembro de 2022, e que anualmente atualizem as informações cadastradas sob pena de perderem a qualidade de segurados da previdência. Esse, certamente, é o maior desafio que os próprios trabalhadores/as rurais e as entidades sindicais que os representam enfrentarão nos próximos anos no intuito de manter a proteção previdenciária e a preservação dos direitos. ■

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial do Covid-19, a nossa agenda desse mês será destinada à divulgação de programações online:

■ Todo o catálogo do Spcine play está disponível online com filmes e documentários das principais mostras e festivais de cinema de São Paulo.

Acesse:

<https://www.spcineplay.com.br>

■ O Festival *É Tudo Verdade* exibirá online parte dos 83 títulos previamente selecionados

Acesse:

<http://etudoverdade.com.br/br/home>

■ O Canal Futura oferece video aulas de seus programas educativos para estudantes e educadores. O material está disponível para os assinantes na TV e gratuitamente online.

Acesse:

<http://www.futuraplay.org/>

■ O Museu da Imigração do Estado de São Paulo e o Museu da Imagem e do Som também estão disponibilizando acervos online.

Acesse:

<http://museudaimigracao.org.br/>

acesse:

<https://www.mis-sp.org.br/>

■ A Casa do Saber disponibilizou gratuitamente até, pelo menos, dia 18/04 todos os seus cursos à distância.

Acesse o aplicativo da instituição.

■ O MNU RJ realizará lives diariamente às 18h em seu Instagram para debater o momento atual da crise socioeconômica, sociorracial e emocional decorrente da pandemia de SARS-19.

Acesse:

@mnu.rio

■ A Orquestra da Petrobras disponibilizou vídeos inéditos de apresentações em seu canal.

Acesse:

<https://www.youtube.com/c/OPESinfonica>

■ A Iniciativa Direito à Memória e à Justiça Racial disponibiliza em seu portal acervos, artigos e publicações sobre o enfrentamento à violência de Estado.

Acesse:

<https://dmjracial.com/memoria/>

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Petrobras seleciona projetos culturais para crianças	Patrocínio a projetos de artes cênicas dedicados a crianças de zero a seis anos e seus pais	30 de abril de 2020	https://ppc.petrobras.com.br/artes-cenicas-criancas
Itaú Cultural lança edital de fomento ao teatro	Poderão se inscrever grupos de qualquer região do país com, no mínimo, sete anos de atuação comprovada. As linguagens e temas abordados são livres. Os projetos serão selecionados por técnicos do instituto, com base nos seguintes critérios: singularidade estética da proposta, o percurso do grupo e a viabilidade da execução.	Até 10 de abril	<i>site do Itaú Cultural</i>
Pro-Mac 2020	O Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais, promovido pela Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, está com inscrições abertas para seu edital de 2020.	24 de abril de 2020	https://www.culturaemercado.com.br/site/inscricoes-abertas-para-o-pro-mac-2020/

Narrações de histórias, oficinas e workshop literário	Contratação de narradores de histórias literárias e profissionais com experiência em oficinas e workshops de forma democrática, atendendo aos princípios da oportunidade, conveniência, legalidade, defesa do interesse público, impessoalidade, isonomia e economicidade.	13/05/2019 a 12/05/2020	https://www.sesisp.org.br/cultura/editais
A esthetica Art Prize 2021 (Prêmio Arte Estética 2021)	O objetivo é oferecer a artistas emergentes e estabelecidos a oportunidade de mostrar seu trabalho para um público mais amplo e promover seu envolvimento com o mundo internacional da arte.	até 31 de agosto/2020	https://fundacc.sp.gov.br/aesthetica-art-prize-2021-premio-arte-estetica-2021/
Prêmios Literários Cidade de Manaus - Prefeitura Municipal de Manaus	Prêmio destinado a escritores brasileiros com obras literárias inéditas.	Até 1º de maio/2020	http://manauscult.manaus.am.gov.br/premios-literarios-cidade-de-manau-2019-2020/

OPORTUNIDADES

Edital de Credenciamento de artistas, profissionais e fazedores de cultura - Secretaria de Cultura do Estado do Pará	Credenciamento de artistas e profissionais da área da cultura e da acessibilidade para futura prestação de serviços.	Até 01 de julho/2020	
Edital DOEN	Apoio a projetos sociais de economia solidária, empreendimentos sociais e energia sustentável.	inscrições contínuas	